



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

■ ■ BPN

Valor de fundos não era real

O presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários declarou ontem na comissão de inquérito ao Caso BPN, no Parlamento, que o valor dos imóveis integrados nos fundos imobiliários era inferior ao que aquele banco indicava. Além disso, também nos fundos de investimento mobiliário foram detectadas irregularidades.

Carlos Tavares, que desta vez não acusou ninguém de ser um Madoff à portuguesa, acalmou os clientes do Banco Português de Negócios. Disse que quem aplicou o seu dinheiro naqueles fundos não tem motivos para desesperar.

Ainda assim, Carlos Tavares defendeu que há lições a tirar deste caso: é preciso aperfeiçoar a legislação para a área de auditoria e haver "penas severas" para quem prevarique.

DESTAQUE SLN PREPARA ASSEMBLEIA GERAL

Real Seguros em risco de insolvência

Solução para a companhia de seguros da SLN poderá passar por refinanciar ou por encontrar um comprador.

Maria Ana Barroso

mabarroso@economicasgpps.com

A companhia de seguros do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a Real Seguros, poderá estar em risco de falência. A seguradora Não Vida deverá decidir, numa assembleia-geral marcada para dia 28 de Maio, se dissolve a sociedade, se faz uma redução de capital ou se, pelo contrário, haverá uma injeção de capital pelos accionistas. Isto porque a companhia terá neste momento os seus capitais próprios abaixo do limite legal.

O Diário Económico sabe que, apesar da delicada situação financeira da Real Seguros, não é intenção da administração da SLN, liderada por Fernando Lima, avançar com um processo de insolvência mas, pelo contrário, encontrar uma saída para a companhia. Tudo dependerá agora das alternativas disponíveis e, claro, da disponibilidade ou não dos accionistas para injectar capital. Sobretudo numa altura em que a situação da própria casa-mãe, a SLN, não é famosa (ver texto em baixo).

A braços com a necessidade de tomar as medidas que impeçam a dissolução da companhia, que podem implicar nova injeção de capital, a SLN teve já de fazer um aumento de capital na Real Seguros, de 20 milhões de euros, sabe o Diário Económico. A operação, realizada no final de Dezembro e ainda no "reinado" de Miguel Cadilhe, teve como objectivo repor os níveis legais dos rácios de solvência da seguradora.

Uma opção poderá a Real Seguros ainda ser, se assim o entender a equipa de Fernando Lima, concretizar a venda da companhia como forma de, através da entrada de novos accionistas, injectar dinheiro na seguradora.

De acordo com a convocatória da AG da Real Seguros, será submetido aos accionistas o futuro da companhia, de acordo com o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O mesmo obriga a gestão a tomar medidas quando "o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social". A lei obriga a que, se for esse o

CENÁRIOS POSSÍVEIS

1

Dissolução da sociedade

Esta é a solução limite para o problema de reduzidos capitais próprios da Real. A gestão não querera, no entanto, adoptá-la.

2

Redução do capital social

O capital social poderá ser reduzido "para montante não inferior ao capital próprio da sociedade", diz a lei.

3

Reforço da cobertura do capital

A realizar pelos accionistas como forma de repor o nível de capitais próprios, segundo o código das sociedades comerciais.

4

Outras vias de reforço dos capitais

Em alternativa ao previsto na lei, a SLN propõe a possibilidade de serem usadas outras medidas. A venda será eventualmente uma delas.

caso, se submeta à AG, pelo menos, uma das três hipóteses: dissolver, reduzir o capital social ou realizar uma injeção de capital. A administração junta ainda um quarto, abrindo a hipótese de "outras medidas tendentes ao reforço dos capitais próprios da sociedade". Apesar desta obrigatoriedade, a gestão da SLN poderá já ter desenhado uma solução para a seguradora.

A companhia de seguros era, pelo menos até agora, o grande trunfo dos antigos donos do BPN para uma possível venda e encaixe de fundos que possam ajudar o grupo a resolver os problemas financeiros das empresas a manter. De acordo com o que era conhecido, a Real Seguros era um activo bem mais saudável do que a companhia de ramo Vida, a Real Vida Seguros, que foi nacionalizada com o BPN. E que, no ano passado, teve de ser alvo de uma injeção de capital de cerca de 15 milhões de euros.

Sem que sejam ainda oficiais as contas da Real Seguros, a forte redução dos capitais próprios poderá ter resultado do decréscimo acentuado dos resultados. Os últimos números da seguradora Não Vida do grupo SLN, referentes ao exercício de 2007, mostravam um cenário completamente distinto. A Real Seguros lucrou então 9,12 milhões de euros, mais 25,6% do que em 2006. Face a um capital social de 17,5 milhões de euros, os capitais próprios somavam então os 47,43 milhões de euros.

O processo de venda do negócio dos seguros arrasta-se já há muitos meses e foi iniciado com a entrada de Miguel Cadilhe na liderança do grupo SLN. A nacionalização do BPN foi um dos factores que fez arrastar o processo de venda, com a Real Vida Seguros a passar para o universo do Estado. Interessados na parte Não Vida, a Real Seguros, terão continuado, entre outros, o Banif e o Montepio Geral, ainda sem qualquer desfecho.

A Real Seguros segue-se à corretora Fincor, também do universo financeiro da SLN, que se encontra igualmente em situação de insolvência, estando prevista a venda da empresa. ■

UMA GESTÃO COM HERANÇA PESADA

Oliveira Costa, aqui retratado à chegada ao Parlamento, foi o líder da SLN e do BPN até 2008. Para além das acusações criminais, deixou uma pesada herança em ambas as instituições, bem como em empresas associadas à 'holding' SLN.



SLN pondera não co

Empréstimo de 100 milhões para compensar aumento de capital poderá ser, pelo menos, adiado.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgpps.com

A administração da SLN vai voltar a submeter à discussão na assembleia-geral do grupo, marcada para 29 de Maio, a realização de um empréstimo obrigacionista para compensar os accionistas pelo investimento de 100 milhões feito na primeira tranche do aumento de capital da SLN. O Diá-

rio Económico sabe que irá ser proposto aos donos do grupo que não se avance para já com o empréstimo. Na prática, a SLN emitiria dívida para devolver o dinheiro aos accionistas.

Numa AG que acontece um dia depois da da Real Seguros, a equipa de Fernando Lima irá explicar aos accionistas que o ressarcimento dos 100 milhões, favorável no curto prazo para os mesmos, poderá no futuro deixar ainda mais frágil a situação da SLN e, com isso, trazer prejuízos ainda maiores, a longo

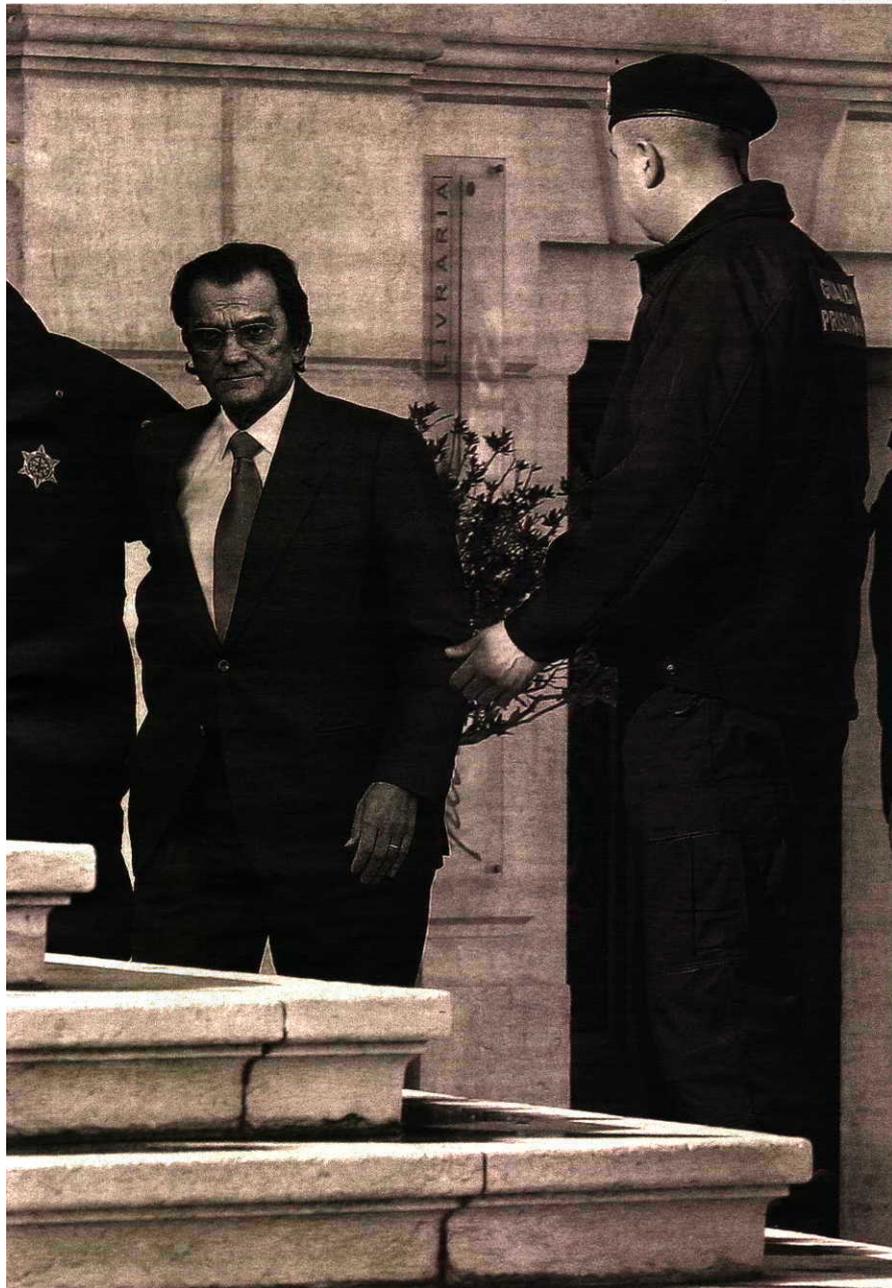


PONTOS-CHAVE

▶ A SLN teve de incluir na ordem de trabalhos da sua participada, a Real Seguros, as alternativas possíveis para a seguradora, face a uma frágil situação financeira.

▶ Uma das hipóteses previstas na lei é a dissolução da sociedade. Este não será, no entanto, o destino que a SLN quer dar à Real Seguros.

▶ A venda, há muito a ser pensada, da Real Seguros poderá ser a solução para a companhia que permitirá a injeção de dinheiro na companhia de seguros.



Paula Nunes

BPN arriscava “perdas anormais” nos fundos

Carlos Tavares admite a necessidade de alterações legislativas.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

Carlos Tavares salientou ontem que a actual administração do Banco Português de Negócios, liderada por Francisco Bandeira, travou “perdas anormais” na gestão dos fundos de investimento do banco nacionalizado, em Novembro do ano passado. Na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, onde o presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), inevitavelmente, foi chamado a efectuar paralelismos entre o BPN e o BPP, tranquilizou os deputados sobre a actual situação do banco enquanto entidade gestora de fundos de investimento. Já no que se refere ao passado, Tavares foi muito assertivo: “Naturalmente” o regulador irá agir pelas múltiplas irregularidades cometidas.

O responsável pela supervisão dos mercados financeiros realçou a intervenção da equipa nomeada pela CGD no controle de “perdas anormais” nos fundos de investimento, através do estudo de soluções que não impliquem perdas para os participantes – inclusive recorrendo à compra de unidades de participação –, esclarecendo que actualmente as perdas nos activos sob gestão “não andam longe das perdas normais do mercado”. “Não existe uma preocupação acrescida neste caso”. O responsável salientou igualmente que o também vice-presidente da CGD mandou efectuar uma auditoria externa, que revelou “depreciações elevadas na avaliação de imóveis” efectuadas pelos fundos de investimento imobiliários. Mais, o presidente da CMVM revelou mesmo que, em alguns casos, os fundos do BPN financiavam 90% do valor de projectos imobiliários, para além de serem “efectuados financiamentos sem escrituras”.

Gestão de activos aproxima BPN de BPP

Os paralelismos existentes entre BPN e BPP estarão relacionados com a área de gestão de carteiras, onde em ambos os casos existem “garantias juridicamente válidas”, assinadas pelos clientes. No entanto, a verdade é que o BPN “não estava autorizado para fazer a gestão de patrimónios”. Questionado sobre o papel da CMVM nesta matéria e

confrontado com eventuais falhas de supervisão, o responsável afirmou: “A CMVM não tinha conhecimento e só soube através de uma denúncia anónima no primeiro trimestre de 2008 que o BPN” estava a fazer gestão de carteiras por conta de outrem.

Apelidando o BPN de “caso menos feliz” para o sistema financeiro português, o presidente da CMVM revelou que o valor das aplicações financeiras com rendimento garantido ascendia a 550 milhões de euros. O documento assinado pelos clientes do BPN permitia à instituição fazer a gestão discricionária das



Carlos Tavares
Presidente da CMVM

Os paralelismos entre o BPN e o BPP estarão relacionados com a área de gestão de carteiras, onde em ambos os casos existem “garantias juridicamente válidas”.

carteiras, o que se traduz numa semelhança com os produtos de retorno absoluto do Banco Privado Português (BPP).

Destá forma, Tavares diz que a natureza destes produtos “próxima de depósitos, dada a garantia de rendimento que proporcionavam”, representam um “paralelo com o retorno absoluto do BPP”, só que estes últimos eram chamados de “aplicações financeiras”. Para além disso, as aplicações financeiras remuneravam os clientes acima da média do mercado e não estavam sujeitas a retenção de imposto.

Sobre o papel dos reguladores, supervisores, auditores e revisores oficiais de contas, o responsável frisou que serão necessárias alterações legislativas, até porque perante casos como estes a actuação terá de “ser bem avaliada e devidamente questionada”.

A intervenção da CMVM neste caso, tal como no do BPP, restringe-se à área de fundos e produtos de investimento. A parte bancária propriamente dita, respeitante à supervisão prudencial, é da responsabilidade do Banco de Portugal. ■

Compensar já os accionistas



Fernando Lima querará encontrar alternativas que não a dissolução para a Real. A venda da companhia é uma das alternativas defendida pelo presidente da SLN.

prazo, para estes investidores. Graças a uma decisão da gestão de Cadilhe (com o apoio da AG), a SLN tinha previsto realizar um aumento de capital de 300 milhões de euros, em grande parte com o objectivo de injectar capital no BPN. Com a nacionalização do banco, foi decidido já no final do ano anular a operação e tentar compensar os accionistas dos 100 milhões já investidos. Isto enquanto se aguardava por um eventual ressarcimento vindo do Estado. Nem essa compensação é certa, a julgar, pelo menos,

por aquela que é, para já, a posição da administração do BPN, nada favorável a que sejam concedidas indemnizações a accionistas. Uma posição que a equipa de Fernando Lima já deixou claro que vai questionar em tribunal. Entre as propostas a fazer pela administração aos accionistas está o fim do conselho superior. O objectivo será, sobretudo, agilizar o funcionamento do grupo, até porque os principais accionistas já participam na vida da SLN através do conselho de administração. ■



DESTAQUE SLN PREPARA ASSEMBLEIA GERAL

Inquérito ao BPN entra na recta final

Próximas duas semanas serão suficientes para terminar as audições pedidas pelo parlamento.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

Com a audição a Carlos Tavares (ver página anterior), a comissão parlamentar de inquérito à supervisão no âmbito do caso BPN, presidida por Maria de Belém Roseira, entra na fase final das audições. Depois de se ter chegado a temer que a comissão não conseguisse concluir os seus trabalhos antes do final da legislatura, a retirada de alguns nomes a ouvir tornou possível esperar um relatório para breve.

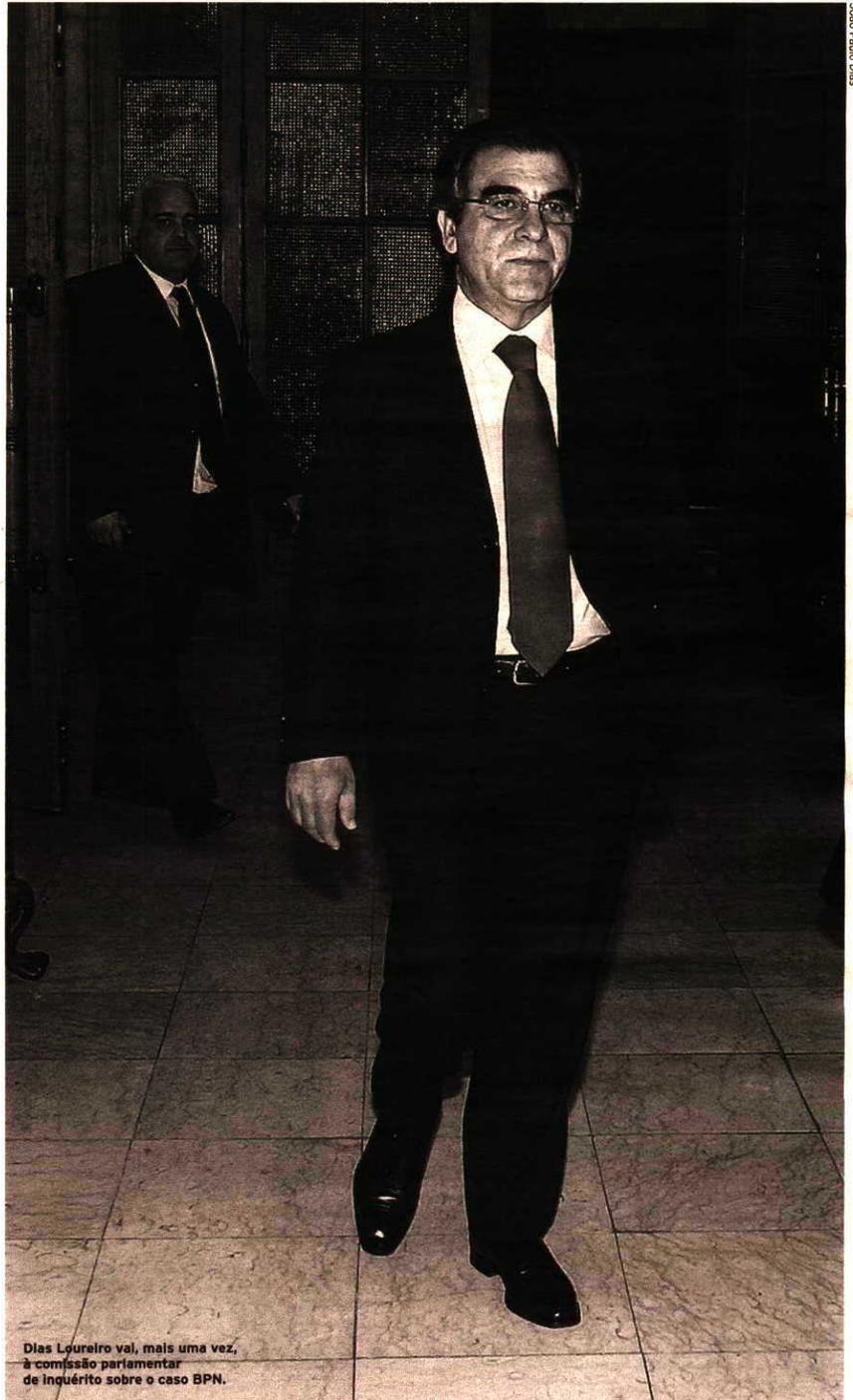
Na hierarquização das personalidades, os deputados tinham estipulado que os membros dos órgãos de regulação e supervisão seriam os últimos a serem chamados à comissão. Assim, para além da audição a Carlos Tavares, a comissão terá ainda de agendar a presença do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e ainda o Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, das audições mais esperadas. Por um lado, a troca de acusações entre antigos responsáveis do BPN e o Banco de Portugal tem aumentado a ansiedade e a expectativa pelas explicações de Constâncio, enquanto por outro lado o "buraco" financeiro (cujos últimos números ascendem a 1,8 mil milhões) do banco e o preço da nacionalização para os contribuintes será o mote para a presença do ministro das Finanças. Teixeira dos Santos será, inevitavelmente, confrontado com questões sobre o futuro do banco. A decisão, anteriormente dependente da entrega das avaliações encomendadas estará agora "imminente", uma vez que o ministério tem já toda a informação necessária para tomar uma decisão. A comissão está, no entanto, a trabalhar em contra-relógio. Até porque, para

além destas audições, está ainda a decorrer a fase de depoimentos dos "repetentes". Já hoje será novamente ouvido Abdool Vakil, presidente interino do BPN, após a saída de Oliveira Costa. Manuel Dias Loureiro e José Vaz Mascarenhas serão também chamados a depor mais uma vez.

A data para encerramento da comissão foi prorrogada por mais 60 dias, até 14 de Maio. Os deputados terão ainda de discutir e aprovar o relatório final que, posteriormente, será debatido no Plenário. Os deputados dispõem ainda de uma margem de mais 30 dias para prolongar o calendário do inquérito.

Em simultâneo, aguarda-se a resposta do próprio BPN, auditores e BdP ao pedido da comissão de levantamento de sigilo bancário. Mesmo perante nova recusa a comissão apresentará as conclusões ao Parlamento com base em toda a informação já disponível. ■ Com T.F.

Teixeira dos Santos já tem na sua posse a informação para decidir sobre o futuro do BPN.



Dias Loureiro vai, mais uma vez, à comissão parlamentar de inquérito sobre o caso BPN.

AS PRÓXIMAS AUDIÇÕES A CAMINHO DO FIM DA COMISSÃO

- 1**

Abdool Vakil fala já amanhã

O homem que sucedeu, interinamente, a Oliveira Costa à frente do BPN, já esteve no parlamento em Janeiro. Os deputados deverão voltar a insistir numa clarificação sobre o momento em que denunciou ao BdP as suspeitas de irregularidades no grupo. Este ponto é sensível e tem servido sobretudo para atacar Vítor Constâncio.
- 2**

Dias Loureiro regressa à AR

É uma das figuras mais mediáticas desta comissão e tem manifestado disponibilidade para ser ouvido quantas vezes for necessário. As suas declarações entraram em contradição com as de responsáveis do BdP, nomeadamente quanto ao facto de ter ou não alertado o supervisor para os perigos do modelo de gestão do BPN.
- 3**

José Vaz Mascarenhas

O presidente do Banco Insular deverá voltar ao parlamento. Na primeira presença, referiu que a venda do Insular não foi sequer sugerida pelo BdP, algo que foi contrariado por António Marta e por Vítor Constâncio. Estes responsáveis afirmaram que exigiram que o BPN vendesse o Insular, como condição para que pudesse comprar a Fincor.
- 4**

Vítor Constâncio e as contradições

Tem sido o responsável mais visado pelos partidos da oposição, nomeadamente pelo CDS. A sua presença possibilitará o confronto com o deputado centrista Nuno Melo, que acusou recentemente o Banco de Portugal de ter "faltado à verdade" sobre a data em que teve conhecimento da existência do Banco Insular e da sua relação com o BPN.
- 5**

Teixeira dos Santos e a nacionalização

O Ministro das Finanças deverá mesmo ser a última personalidade ouvida pela comissão. A decisão de nacionalizar o banco e o custo para os cofres públicos são os assuntos que dominarão as perguntas dos deputados. Por outro lado, nada se sabe da solução para o BPN, decisão que cabe a Teixeira dos Santos.



Tavares defende julgamento “muito rigoroso” do papel de auditores e revisores do BPN

Cristina Ferreira

Presidente da CMVM diz que Banco de Portugal não o informou de inspeção que concluiu que fundos imobiliários não estavam de acordo com regime jurídico

● O presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, disse ontem que tem que ser feito um julgamento “muito rigoroso” do papel dos auditores e revisores oficiais de contas do BPN. “Alguns filtros da fiscalização no BPN, auditores e revisores oficiais de contas, falharam. Não houve qualquer reporte nem ênfase às contas”, disse na comissão de inquérito ao caso, na Assembleia da República.

No entender de Carlos Tavares, a auto-regulação não funciona e são precisas “segundas linhas de defesa”. “Hoje ficamos sem saber se os auditores não fizeram determinadas perguntas porque não quiseram ter respostas”, afirmou aos deputados.

O presidente da CMVM referiu também que existem “imparidades

importantes” nos fundos de investimento imobiliário do BPN e que se admite uma “depreciação significativa” dos imóveis.

Carlos Tavares reconheceu que não foi informado pelo Banco de Portugal (BdP) das conclusões do relatório de uma inspeção em que se concluiu que fundos de investimento imobiliário, nomeadamente o BPN Imoglobal, não estavam em conformidade com o regime jurídico nem com o regulamento do próprio fundo. A CMVM tem, entre as suas competências, a supervisão dos fundos.

De acordo com o relatório da inspeção do BdP de 2005, a que o PÚBLICO teve acesso, o fundo de investimento imobiliário analisado envolveu transações que possibilitaram mais-valias significativas para o banco e para as duas seguradoras da instituição: Real Vida e Real Seguros. A inspeção versou as contas de 2002 a 2004.

O presidente da entidade de supervisão disse também que o BPN assumiu funções de gestão de carteira de clientes sem estar registado para esse efeito. O banco criado por Oliveira e Costa, explicou, recebia aplicações com semelhanças a produtos de re-



Presidente da CMVM admite depreciação dos imóveis dos fundos BPN

torno absoluto, como os que foram registados no BPP. Tavares estima que o montante dessas aplicações no BPN fosse superior a 550 milhões de euros. Perante a comissão de inquérito, o presidente da CMVM referiu que as aplicações do BPN cuja natureza se assemelha a aplicações com capital garantido já foram eliminadas e registadas como depósitos.

Em resposta ao deputado do CDS-PP Nuno Melo, Tavares referiu que a entidade que lidera “não foi consultada” pelo Governo antes da nacionalização do BPN, mas adiantou que, legalmente, o executivo não tinha que o fazer. No comité de supervisores que junta BdP, CMVM e Instituto de Seguros a nacionalização também “não foi tratada”, acrescentou.



AR chama Constâncio e Teixeira dos Santos

BPN. Comissão Parlamentar de Inquérito quer ouvir o governador do Banco de Portugal e o ministro das Finanças

O ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, e o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, vão ser ouvidos pelos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A informação sobre a convocatória de Teixeira dos Santos foi dada ontem no final da audiência de Carlos Tavares no Parlamento, enquanto a presença de Vítor Constâncio foi avançada

pela agência Lusa.

Já o presidente do Banco Insular, Carlos Vaz Mascarenhas, que também foi convocado, comunicou que, por se encontrar em Cabo Verde e por impossibilidade de se deslocar a Portugal, se disponibiliza para responder por escrito às questões. A audiência de AbdoolVakil, ex-presidente (transitário) do BPN deverá decorrer à porta fechada. ■



PARLAMENTO

BPN tinha produtos semelhantes aos vendidos pelo BPP

Banco também vendia aplicações de retorno absoluto, mas sem autorização

MARIA JOÃO GAGO

mjgago@negocios.pt

O Banco Português de Negócios (BPN) comercializava produtos semelhantes às aplicações de retorno absoluto do Banco Privado Português (BPP), apesar de não estar autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a fazer gestão discricionária de carteiras. A dimensão das aplicações dos clientes do BPN, avaliadas em 550 milhões de euros, correspondia a cerca de metade do valor investido nos produtos do BPP.

A comparação foi feita ontem por Carlos Tavares, presidente CMVM, na comissão de inquérito à nacionalização do BPN. O banco comercializava produtos que tinham uma "natureza próxima de depósitos, dada a garantia de rendimento que proporcionavam", esclareceu Tavares, referindo que "há algum paralelo com o retorno absoluto do BPP, só que os produtos eram chamados de 'aplicações financeiras'" e aplicavam muito dos seus recursos em títulos de dívida de empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), assim como em unidades de participação de fundos geridos pelo BPN.

Outra das diferenças entre os produtos dos dois bancos resulta do facto de, no caso do banco nacionalizado, quando essas aplicações apresentavam perdas, a diferença de capital e de rendimento era coberta por uma "entidade 'offshore' que não o Banco Insular", que também absorvia os ganhos excedentários. Além disso, quando Miguel Cadilhe assumiu a liderança decidiu registar no balanço do banco as perdas latentes associadas a estas aplicações.

No Privado, não houve qualquer entidade que tenha coberto as perdas potenciais dos produtos de retorno absoluto, nem houve qualquer responsável que, até à intervenção do Banco de Portugal, tenha decidido registar aqueles prejuízos no balanço da instituição. Mas, ao contrário do que acontecia no BPN, a instituição estava registada na CMVM como gestora discricionária de carteiras.

Fundos imobiliários financiavam projectos sem escritura no BPN
Carlos Tavares revelou ainda que os fundos de investimento imobili-

ANIVERSÁRIO

TEMPO MOSTROU NECESSIDADE DA NACIONALIZAÇÃO DO BPN

1 ACCIONISTAS E GESTORES DEFENDEM OPERAÇÃO

Ao longo destes seis meses de nacionalização, antigos accionistas e gestores do banco afirmaram no Parlamento que a nacionalização era inevitável.

2 "BURACO" DE DIMENSÃO SURPREENDENTE

O principal argumento a favor da intervenção estatal no BPN é a dimensão das perdas causadas por alegados actos ilícitos feitos nos tempos de Oliveira Costa. De acordo com a actual gestão, os prejuízos superam 1,8 mil milhões.

3 FUTURO DO BPN AINDA ESTÁ POR DECIDIR

Depois de a nova gestão ter proposto três soluções (fusão com a CGD, venda imediata ou alienação posterior) e de terem sido feitas as avaliações independentes, falta fechar as contas para o Estado poder decidir o que faz ao BPN.

liários do BPN financiavam o desenvolvimento de projectos imobiliários, ao contrário do que está previsto na lei, que limita o investimento destas carteiras a imóveis já existentes. Além disso, o financiamento atingia muitas vezes os 90% a 100% do valor dos projectos, "sem que o banco tivesse escritura pública durante vários anos".

Esta prática, assim como a sobreavaliação de imóveis dos fundos, resultaram em "imparidades significativas". No entanto, como sublinhou Tavares, a actual gestão está a estudar "soluções que não impliquem perdas para os participantes".

As irregularidades cometidas pelos fundos de investimento imobiliários e mobiliários do BPN "nunca mereceram uma ênfase" por parte dos auditores destas carteiras. "O papel dos auditores e dos revisores oficiais de contas terá de ser bem avaliado e devidamente questionado", lamentou o presidente da CMVM.